

Análise da relação entre classe social autorreportada e percepção de corrupção no Brasil

Bruno Viana Barreto Junior¹

Evandro Camargos Teixeira²

Resumo

A corrupção tem se sido um tema frequentemente estudado, dado seus impactos no desenvolvimento econômico dos países. Ademais, diversos fatores socioeconômicos relacionam-se à corrupção, como, o nível de renda. Assim, este estudo analisa a relação entre classe social autorreportada e percepção de corrupção no Brasil, utilizando dados da *World Values Survey* (WVS) em sua 7ª onda, relativos à 2018 e estimação de um modelo econométrico *Probit*. Os resultados apontam proeminência em termos de percepção da corrupção da classe média em relação às demais classes sociais, podendo ser explicado por fatores histórico-culturais e pela situação do país no período analisado.

Palavras-chave: Classe social autorreportada, Percepção de corrupção, Classe média, Probit, Brasil.

Área temática: Economia.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a corrupção tem sido um problema recorrente em inúmeros países, principalmente nos países em desenvolvimento, elevando custos sociais, problemas ao meio ambiente e perda de confiança por parte dos indivíduos com o governo (Department for international development, 2015).

Diante dos referidos efeitos, a temática vem ganhando força na literatura de diversas áreas (Filgueiras, 2009), sendo verificada sua proeminência no setor público, onde Sahu e Gahlot (2014) apontam que o desvio de dinheiro pode impactar toda população. No entanto, segundo os autores, os atos corruptos não estão circunscritos apenas ao setor público, mas também acometem o setor privado, que pode corresponder a grandes manobras financeiras até pequenas propinas pagas.

De acordo com Melgar, Rossi e Smith (2010), para mensurar o nível de corrupção de forma mais fidedigna é necessário analisar o que os indivíduos de uma sociedade entendem como ato corrupto, o que pode variar a depender do contexto cultural no qual eles estão inseridos, além do conceito de moralidade definido pelos mesmos, conforme Filgueiras (2009).

Nesse sentido, a Transparência Internacional define corrupção como abuso de poder das pessoas que o detém para obter ganhos privados e a mensura pela percepção dos indivíduos acerca do fenômeno. Nesse contexto, Gutmann (2020) define que, no geral, essa é forma de mensuração do nível de corrupção mais utilizada na literatura referente ao tema, pois leva-se em consideração fatores externos que a englobam, além

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: bruno.junior@ufv.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7218-7508>

² Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: evandro.teixeira@ufv.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6470-2103>

da simples experiência de corrupção que um indivíduo possui. Logo, países que utilizam a análise da percepção da corrupção podem levar em consideração diversos aspectos que afetam essa *proxy*, e não apenas a experiência individual dos agentes, que é outro método utilizado para realizar tal mensuração.

Como forma de padronizar a referida medida, a Transparência Internacional realiza a análise do nível de corrupção de forma periódica baseado no Índice de Percepção da Corrupção (IPC), que cobre 180 países.³ De acordo com essa Rede Global de Cientistas Sociais, a média de nível de corrupção mundial permaneceu inalterada por mais de uma década. Em 2022, o Brasil apresentou 38 pontos e entre os 180 países analisados, se posicionou na 94ª posição, apresentando, portanto, nível relativamente significativo de corrupção.

Diante da significativa percepção de corrupção em muitos países, a análise relativa ao tema possui caráter multidisciplinar, sendo relacionada na literatura a diversos fatores socioeconômicos, tais como nível de escolaridade, riqueza dos países e ocupação (Melgar, Rossi e Smith, 2010), além da democracia (Petzold, 2021).

Um importante fator que tem sido relacionado ao nível corrupção na literatura corresponde ao nível de renda dos países, sendo encontrado resultado negativo em alguns trabalhos, como em Sandholtz e Koetzle (2000); Gupta, Davoodi e Alonso-Terme (2002); Mendonça e Fonseca (2012); e Oliveira et al. (2021). Tal relação inversamente proporcional pode estar associada, principalmente, aos impactos da corrupção na gestão pública, o que tende a diminuir a eficácia dos programas sociais, que tem como público-alvo a parcela da população menos favorecida financeiramente.

Em contramão ao que foi encontrado nos supracitados estudos, Maeda e Ziegfield (2015), utilizando a base de dados da *World Values Survey*⁴, em uma análise que considerava diversos países, mostram que nem sempre o nível de renda tem relação negativa com a corrupção. Os autores apontam que nos países desenvolvidos essa relação é negativa, no entanto é distinta quando são considerados os países em desenvolvimento. Maeda e Ziegfield (2015) afirmam que isso ocorre em função das distintas prioridades por parte dos menos favorecidos financeiramente que residem nos países em desenvolvimento, o que pode abrir margem para maior preocupação em relação ao nível de corrupção por parte da classe média e não pelos mais pobres.

Nesse contexto, a classe socioeconômica média brasileira, em diversos momentos da história do país, foi responsável por encabeçar grandes manifestações sociais, como aquelas ocorridas em 2013, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. Nesse sentido, Alencastro et al. (2019), aponta que a classe média no Brasil tende a apresentar maior nível de percepção da corrupção em relação às demais classes socioeconômicas.

³De acordo com essa avaliação, quanto mais pontos um país obtiver em 100, menor é seu nível de percepção de corrupção.

⁴A *world Values Survey* realiza a pesquisa do nível de renda baseado na autodeclaração dos indivíduos para captar essas informações, sendo as seguintes possíveis alternativas: (1) Classe alta; (2) Classe média-alta; (3) Classe média; (4) Classe média-baixa; (5) Classe baixa.

Demonstrando como essa classe social é cada vez mais representativa da sociedade brasileira, Clément et. al. (2020) relatam que, em 2014, 61% da população do país era composta pela classe média, que foi crescendo de forma significativa desde o início dos anos 2000 com a eleição do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da ampliação de diversos programas sociais voltados para os indivíduos economicamente mais vulneráveis da sociedade.

Os autores também destacam que a classe média sempre se mostrou mais preocupada com a qualidade dos serviços públicos, tais como aqueles relativos à saúde, educação, segurança e moradia, que são muito afetados pela corrupção, o que pode elevar o nível de percepção da corrupção.

Em contrapartida, Boito (2016), por meio de uma análise marxista, demonstrou como a classe média se moldou de forma reacionária ao longo do tempo, elevando seu protagonismo desde a ruptura da república velha em 1930 com o movimento tenentista até o período mais recente com a operação “Lava-Jato”. Segundo o autor, com o passar dos anos, tal classe encontrou no funcionalismo público e nos cargos com salários relativamente mais elevados um maior nível de representatividade, alcançando níveis de consumo mais próximos ao da classe de renda mais alta. Dessa forma, a classe média passou a combater de forma mais efusiva a corrupção, que advém do setor que ela ocupa majoritariamente.

Mais recentemente, os estudos de Teixeira, Rehbein-Satther e Rodrigues (2021), assim como Matheis et al. (2022) confirmam as análises realizadas por Boito (2016) e Clément et al. (2020) ao verificarem empiricamente que a classe média possui percepção de corrupção mais elevada em relação às demais classes econômicas no Brasil.

Levando em consideração os fatores elencados, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre classe socioeconômica autodeclarada e percepção da corrupção no Brasil em 2018, utilizando para tal dados da *World Values Survey*, em sua 7ª onda, e a estimação de um modelo econométrico Probit. O trabalho pode contribuir com a literatura, particularmente para o Brasil, ao avançar em relação aos estudos de Teixeira, Rehbein-Satther e Rodrigues (2021) e Matheis et al. (2022), que realizaram análises descritivas; e ao verificar a possível proeminência da classe média no que tange a percepção da corrupção no país, que foi verificada nos trabalhos supracitados, o que, no geral, difere da literatura internacional.

Cabe ainda salientar que a partir dos resultados encontrados, políticas públicas podem ser construídas no intuito de mitigar o nível de corrupção no país, levando em consideração as características socioeconômicas e culturais da população. Além dessa seção introdutória, o estudo está dividido em mais quatro seções. Na próxima seção, são apresentadas as evidências teóricas e empíricas relacionadas ao tema, seguida da seção metodológica, resultados e considerações finais.

2. Evidências teóricas e empíricas

Alguns estudos contemplam a relação entre nível de renda e percepção de corrupção dos indivíduos tanto na literatura internacional quanto na nacional, sendo a

primeira mais abrangente. Além disso, alguns estudos realizados no Brasil apresentam divergências importantes com relação aos trabalhos internacionais.

Nesse sentido, analisando como o nível de riqueza de um país pode afetar a percepção de corrupção dos indivíduos, Gupta, Davoodi e Alonso-Terme (2002), por meio de uma amostra transversal de países durante o período de 1980 a 1997; Melgar, Rossi e Smith (2010), por meio da base de dados da *International Social Survey Program (ISSP)* de 2004; e Sandholtz e Koetzle (2000), que utilizaram o Índice de Percepção Corrupção da Transparência Internacional de 1996 em uma amostra com 54 países; demonstraram que quanto mais rico e desenvolvido um país, menor tende a ser percepção de corrupção.

No geral, os autores explicam que essa relação ocorre em função do elevado efeito marginal da renda para indivíduos mais desfavorecidos financeiramente, que tendem a apresentar mais incentivos econômicos em aceitar propinas e subornos em países com maior nível de renda. Além disso, a corrupção pode diminuir os recursos públicos que poderiam ser utilizados para elevar o nível de bem-estar da população, particularmente de sua parcela mais pobre, o que diminui a confiança no governo por parte desses indivíduos.

Os resultados desses trabalhos vão ao encontro daqueles verificados nos estudos brasileiros de Mendonça e Fonseca (2012) e Oliveira et.al (2021), que mostram, respectivamente, relação negativa da renda média de um país e da Renda Nacional Bruta per capita com o Índice de Percepção da Corrupção dos países. No geral, tais resultados têm como possível explicação o fato de as pessoas com menor nível de renda serem mais suscetíveis à corrupção.

O estudo de Maeda e Ziegfeld (2015) traz uma importante contribuição à literatura ao analisar a relação entre o nível de renda autodeclarado e a percepção de corrupção dos indivíduos, utilizando a base de dados da terceira onda da *World Values Survey* ocorrida durante o período de 1995 a 1998, considerando na amostra países desenvolvidos e em desenvolvimento, dadas as discrepâncias existentes entre os dois grupos. Os autores verificaram que nos países desenvolvidos, a parcela mais pobre da população tende a perceber mais a corrupção que os mais ricos, relação esta distinta àquela encontrada para os países em desenvolvimento.

Como possível explicação para essa diferença, Maeda e Ziegfeld (2015) destacam que nos países em desenvolvimento, os indivíduos com menor nível de renda possuem diversas privações, o que direciona a atenção desse grupo para outras questões que não apenas a corrupção do país. Logo, tais privações, que diminuem o nível de bem-estar desses indivíduos, tendem a diminuir a atenção e indignação por parte dessa parcela da população em relação à corrupção.

Nesse sentido, o trabalho de Sahu e Gahlot (2014) analisou os países que compõem o BRICS no que tange o provimento por parte do governo no combate à corrupção. Por meio de um questionário aplicado em 2014, os autores verificaram através de uma análise descritiva que a maioria dos respondentes brasileiros e indianos optou por responder que o governo não se importa como deveria com o nível de corrupção.

Assim, considerando o menor nível de confiança relatado por parte da população brasileira no governo, alguns estudos no país analisaram os possíveis fatores socioeconômicos relacionados à percepção de corrupção, dentre eles a classe socioeconômica autodeclarada. Dessa forma, Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021) verificaram, baseados em um *Websurvey* aplicado em 2017, o possível impacto de diversas variáveis socioeconômicas sobre a percepção de corrupção, demonstrando por meio de uma análise descritiva que o nível de renda autorreportado pelos indivíduos tem efeito significativo sobre a percepção da corrupção.

No referido estudo, os autores demonstraram que a classe média tende a reportar maior nível de percepção da corrupção em relação às demais classes sociais. Assim, dentre as classes socioeconômicas analisadas, 62,19% dos indivíduos com renda entre 3 e 5 salários-mínimos acreditavam que a corrupção aumentou no período 2010-2020, o que corrobora com a hipótese do presente estudo. Os autores apontam que tal resultado pode ser explicado pela piora relativa das condições de vida dos indivíduos pertencentes à classe média, que tiveram perda de poder aquisitivo no período, causando maior indignação em relação à situação política do país.

Matheis et al. (2022) encontram resultado similar ao realizarem uma análise descritiva por meio da aplicação de um questionário entre os meses de janeiro a fevereiro de 2021, que considerou 1075 entrevistados. Os autores concluíram que indivíduos desprovidos de renda própria ou com nível de renda mais baixo tendem a apresentar menor nível de percepção da corrupção em comparação àqueles com renda acima de R\$10.450,00, que abarca a classe média-alta do país.

Como forma de compreender essa característica peculiar do país, é importante salientar que a classe média brasileira durante alguns períodos em que ocorreram manifestações populares, principalmente nos últimos anos, encabeçou inúmeros movimentos de insatisfação com os governantes. Nesse sentido, Clément et.al (2020), por meio de um estudo que utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014, verificaram que a classe média compunha 61% da população do Brasil, crescimento este favorecido pela amplitude de políticas sociais implementadas na primeira década do século. A partir de tais políticas, o nível de renda dos indivíduos aumentou e com isso outras preocupações surgiram, principalmente por parte da classe média, particularmente no que se refere a melhoria e desenvolvimento satisfatório dos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, previdência e moradia.

Além disso, o estudo realizado no Brasil por Boito (2016) discute essa elevada sensibilidade por parte da classe média a respeito do funcionamento do setor público. A partir de um viés marxista, o autor explica como o movimento tenentista, expressando os interesses da classe média em 1930, se assemelha com a operação “Lava Jato” ocorrida na segunda década deste século, demonstrando, assim, a força política que a classe média construiu ao longo dos anos. Para o autor, a classe média encontra no funcionalismo público um setor próprio para elevar o sentimento de ascensão social, pois neste são obtidos salários e benefícios que a aproxima da classe com nível de renda mais elevado do país, formada principalmente por grandes empresários. Dessa forma, existe um sentimento ambíguo, onde ao mesmo tempo em que a classe média combate a corrupção, ela a promove, considerando possíveis ganhos.

Cabe ainda salientar que Canache et al. (2019) discorrem sobre o reconhecimento dos indivíduos enquanto classe, ao analisarem a percepção de corrupção na América Latina, utilizando dados de 2010. Entre seus resultados, os autores verificaram que a experiência coletiva acarreta maior percepção de corrupção dos indivíduos, já que eles percebem que suas experiências não são isoladas. Tal resultado faz sentido, tendo em vista o crescimento do contingente relativo à classe média na América Latina nas últimas décadas.

Por fim, a partir dos estudos apresentados nesta seção, é possível concluir que o nível de renda impacta a percepção de corrupção dos indivíduos de forma distinta a partir do nível de desenvolvimento dos países nos quais eles residem. Além disso, alguns trabalhos apontam que o Brasil apresenta uma característica distinta da que comumente é encontrada nos outros países, que é a proeminência da classe média no que concerne ao nível de percepção da corrupção no país, quando comparada com as demais classes socioeconômicas.

3. Metodologia

Para analisar a relação entre classe socioeconômica autorreportada e percepção de corrupção dos indivíduos no Brasil, é necessário utilizar um modelo econométrico adequado, que é apresentado na primeira subseção da seção metodológica. Além disso, na segunda subseção, é apresentada a base de dados utilizada e é detalhado o processo de construção de algumas variáveis.

3.1 Estratégia econométrica

Para avaliar os efeitos classe econômica autodeclarada na percepção de corrupção, o modelo econométrico utilizado é o Probit, dado que a variável dependente é dicotômica, ou seja, se o indivíduo tem elevada percepção de corrupção (10 em uma escala de 1 a 10), ela assume valor igual a 1; e 0 caso contrário, ou seja, se o indivíduo tem menor percepção relativa de corrupção (1 a 9 em uma escala de 1 a 10).

O modelo Probit é representado pela seguinte equação geral:

$$y_i^* = \alpha_1 X_i + \alpha_2 W_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que y_i representa a variável dependente para análise, expressando o nível de percepção de corrupção do indivíduo i ; X_i representa o conjunto de *dummies* relativas à classe socioeconômica autodeclarada pelo indivíduo e W_i o vetor de demais variáveis controle. Além disso, y_i^* é a variável não observável, que satisfaz as seguintes equações:

$$y_i = 1, \text{ se } y_i^* > 0 \quad (2)$$

$$y_i = 0, \text{ se } y_i^* \leq 0 \quad (3)$$

O modelo econométrico, específico para o presente estudo, é apresentado por meio da equação (4), sendo as variáveis explicativas incluídas a partir da literatura relacionada ao tema, que são apresentadas no Quadro 1, abaixo. Tais variáveis incluem as *dummies* relativas à classe socioeconômica autorreportada, foco do estudo, além dos demais controles, que levam em consideração outros fatores socioeconômicos relacionados à percepção da corrupção.

$$Percepção\ de\ corrupção_i = \beta_0 + \beta_1 Classe_alta_i + \beta_2 Classe_média_i + \beta_3 Classe_média_baixa_i + \beta_4 Classe_baixa_i + \beta_5 Seminstr_i + \beta_6 Urbano_i + \beta_7 Casado_i + \beta_8 Branco_i + \beta_9 Direita + \beta_{10} Saúde_i + \beta_{11} Sexo_i + \beta_{12} NOR_i + \beta_{13} CO_i + \beta_{14} SUL_i + \beta_{15} NO_i + \beta_{16} SUD_i \quad (4)$$

Quadro 1 - Variáveis utilizadas na estimação do modelo Probit.

Categoria	Variável	Descrição	Sinal esperado
Variável dependente	Percepção de corrupção	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o indivíduo considere o país com nível muito elevado de corrupção (igual a 10); e 0 caso contrário (1 a 9).	-
Nível de renda	Classe_alta	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o indivíduo se considere pertencente à classe alta; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021); e Matheis et al. (2022).
	Classe_média	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o indivíduo se considere pertencente à classe média; e 0 caso contrário. (Referência)	-
	Classe_média_baixa	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o indivíduo se considere pertencente à classe média-baixa; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021); e Matheis et al. (2022).
	Classe_baixa	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o indivíduo se considere pertencente à classe baixa; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021); e Matheis et al. (2022).
Educação	Seminstr	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 se o indivíduo não possui instrução; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Melgar, Rossi e Smith (2010); Oliveira et al. (2021); e Gutmann, Voigt e Padovano (2020).
Localidade	Urbano	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 se o indivíduo reside em localidade urbana; e 0 caso resida em localidade rural.	Positivo, de acordo com Çera e Sinamati (2017); Linhartová e Halásková (2022).
Estado civil	Casado	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 se o indivíduo é casado; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Melga, Rossi e Smith (2010).
Raça	Branco	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o indivíduo se considere branco; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Wilkinson e Esarey (2023).

Categoria	Variável	Descrição	Sinal esperado
Orientação Política	Direita	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o indivíduo se considere de direita; e 0 caso contrário.	Positivo, de acordo com Çera e Sinamati (2017).
Saúde	Saúde	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o indivíduo considera ter estado de saúde bom ou muito bom; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Botero-Rodríguez, Pantoja-Ruiz e Rosselli (2022).
Sexo	Sexo	Variável <i>dummy</i> que assume valor igual a 1 se o indivíduo é do sexo masculino; e 0 caso seja do sexo feminino.	Negativo, de acordo com Melgar, Rossi e Smith (2010); Gutmann, Voigt e Padovano (2020); e Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021).
Região	NOR	Assume valor igual a 1 se o indivíduo entrevistado seja do nordeste; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021).
	CO	Assume valor igual a 1 se o indivíduo entrevistado seja do Centro-oeste; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021).
	SUL	Assume valor igual a 1 se o indivíduo entrevistado seja do sul; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021).
	NO	Assume valor igual a 1 se o indivíduo entrevistado seja do norte; e 0 caso contrário.	Negativo, de acordo com Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021).
	SUD	Assume valor igual a 1 se o indivíduo entrevistado seja do norte; e 0 caso contrário. (Referência)	-

Fonte: Elaboração própria.

No que concerne os sinais esperados das variáveis explicativas, particularmente àqueles relativos ao foco do trabalho, o conjunto de *dummies* relativas à classe socioeconômica autorreportada, espera-se que elas tenham sinais negativos, pois verificou-se na literatura brasileira que a classe média (referência) tende a apresentar maior percepção de corrupção quando comparada às demais classes socioeconômicas (Teixeira, Rehbein-Satlher, Rodrigues, 2021; Matheis, et al., 2022). Com relação aos sinais esperados das demais variáveis explicativas, esses são apontados no Quadro 1.

Por fim, para a interpretação dos resultados, analisa-se os efeitos marginais obtidos por meio das derivadas parciais das funções de probabilidade do modelo Probit. Tais efeitos permitem compreender o impacto das variáveis explicativas na probabilidade de percepção de corrupção mais ou menos elevada.

3.2 Fonte e tratamento dos dados

Para a realização deste trabalho foi utilizado a base de dados da *World Values Survey* (WVS) ou Pesquisa Mundial de Valores, em sua 7ª onda, considerando o caso brasileiro no ano de 2018. A pesquisa seleciona indivíduos de forma aleatória e ocorre periodicamente em quase cem países, considerando uma amostra que reflete de forma representativa a população dos países por meio de um questionário amplo. As perguntas perpassam diversos espectros socioeconômicos, tais como valores sociais, atitudes e estereótipos, bem-estar social, capital social, confiança e associativismo, valores econômicos, corrupção, segurança, índice de pós-materialismo, ciência e tecnologia, valores religiosos, normas e valores éticos, interesse político e participação política, cultura política e regimes políticos, além de aspectos demográficos.

No que se refere a variável relativa à percepção de corrupção, um dos focos do presente estudo, é realizada uma pergunta aos respondentes sobre a percepção do nível de corrupção que eles possuem no Brasil, onde as respostas variam de 1 a 10, com 1 representando a ideia de que não existe corrupção e 10 apontando que existe elevado nível de corrupção no país. Na amostra considerada no estudo, que é de 1.642 indivíduos, 86,18% assinalaram o valor 10 para a referida questão, o que aponta elevado nível de percepção corrupção no país. Assim, como ressaltado anteriormente, a variável que aponta a percepção de corrupção é uma *dummy*, que assume valor igual a 1 caso indivíduo tenha assinalado o valor igual a 10 para a referida questão e 0 caso a resposta estava no intervalo entre 1 e 9.

Além disso, no que tange o outro foco do trabalho, a classe socioeconômica autorreportada, o questionário possuía as seguintes opções: classe alta, classe média-alta, classe média, classe média-baixa e classe baixa. No presente estudo, foram consideradas quatro *dummies*: classe alta, classe média, classe média-baixa e classe baixa. Assim, para construção da *dummy* relativa à classe alta foram agrupadas as categorias classe média-alta e classe alta. Isso se justifica, pois o número de respondentes relativo às duas categorias é extremamente diminuto, correspondendo 1,52% e 0,37% da amostra, respectivamente. Além disso, durante a estimação foi levado em consideração o peso amostral das observações.

4. Resultados

4.1 Análise descritiva

Levando em consideração as 1642 observações coletadas por meio do questionário da *World Values Survey* (WVS), em sua 7ª onda, referentes ao caso brasileiro no ano de 2018, esta subseção descreve as características da amostra. Assim, a Tabela 1, a seguir, apresenta as estatísticas descritivas, considerando média, desvio padrão, valores máximos e mínimos para as variáveis inseridas na estimação do modelo econométrico.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas.

Variável	Observações	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Corrupção	1.642	0,8618	0,3453	0	1
Ensino superior	1.642	0,1596	0,3663	0	1
Ensino médio	1.642	0,4184	0,4934	0	1
Ensino Fundamental	1.642	0,1949	0,3962	0	1

Ensino Fundamental Incompleto	1.642	0,1784	0,3830	0	1
Sem instrução	1.642	0,0487	0,2153	0	1
Urbano	1.642	0,8666	0,3401	0	1
Solteiro	1.642	0,2917	0,4547	0	1
Classe média	1.642	0,3246	0,4683	0	1
Classe média baixa	1.642	0,3179	0,4658	0	1
Classe alta	1.642	0,0188	0,1361	0	1
Classe baixa	1.642	0,3386	0,4734	0	1
Branco	1.642	0,4196	0,4936	0	1
Direita	1.642	0,1048	0,3063	0	1
Saúde muito boa	1.642	0,6510	0,4768	0	1
Sexo	1.642	0,4604	0,4986	0	1
Norte	1.642	0,0481	0,2141	0	1
Nordeste	1.642	0,2570	0,4371	0	1
Sudeste	1.642	0,4397	0,4965	0	1
Centro Oeste	1.642	0,0724	0,2593	0	1
Sul	1.642	0,1827	0,3865	0	1

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, inicialmente, foi possível observar que aproximadamente 86,18% dos respondentes demonstraram elevada percepção de corrupção no Brasil, percentual extremamente significativo. Em relação a classe social autorreportada, a maioria dos entrevistados (33,86%) aponta que pertencem a classe baixa, seguida da classe média (32,46%), classe média baixa (31,79%), e por último a classe alta, com menor percentual (1,88%).

Com relação ao nível educacional, a maioria dos respondentes possui apenas o ensino médio completo (41,84%), 19,49% possuem até o ensino fundamental completo, 17,84% até o ensino fundamental incompleto, 15,96% possuem ensino superior completo e 4,87% não possuem instrução escolar. No que tange a localidade e estado civil, 86,66% dos indivíduos residem na área urbana e 29,17% são solteiros. Com relação a cor/raça, 41,96% se declaram brancos; e no que se refere ao posicionamento ideológico, 10,48% se consideram de direita. Por sua vez, concernente ao estado de saúde e gênero, 65,10% consideram que possuem estado de saúde bom ou muito bom e 46,04% são mulheres. Por fim, relativo às regiões do país, a maioria dos entrevistados reside no Sudeste (43,97%) e a minoria na região Norte, correspondente a 4,81% da amostra.

A Tabela 2 apresenta as médias das variáveis analisadas condicionadas a percepção de corrupção, onde é possível verificar que a classe média apresentou valor médio de elevada percepção da corrupção maior que as demais classes sociais, 0,91 versus 0,84, o que corresponde a um indício da hipótese levantada no estudo, o que será atestado por meio dos resultados da estimação econométrica, apresentada na próxima subseção.

Tabela 2 - Média de percepção de corrupção condicionada a variáveis explicativas.

Variável	Média (percepção de corrupção = 0)	Média (percepção de corrupção = 1)
Classe média	0,8404	0,9062

Classe baixa	0,8729	0,8399
Classe média baixa	0,8643	0,8563
Classe alta	0,8672	0,5806
Solteiro	0,8788	0,8205
Saúde boa ou muito boa	0,8482	0,8690
Direita	0,8537	0,9302
Ensino superior	0,8674	0,8321
Ensino médio	0,8618	0,8617
Ensino fundamental	0,8638	0,8531
Ensino fundamental incompleto	0,8547	0,8941
Sem instrução	0,8610	0,8750
Urbano	0,8311	0,8665
Branco	0,8552	0,8708
Nordeste	0,8418	0,9194
Norte	0,8586	0,9241
Centro Oeste	0,8595	0,8908
Sul	0,8577	0,8800
Sudeste	0,9033	0,8089
Sexo	0,8555	0,8690

Fonte: Elaboração própria

Além disso, observa-se que, em média, indivíduos que se declaram de direita, brancos do gênero feminino apresentam maior nível de percepção da corrupção no Brasil em relação a respondentes de esquerda, não brancos e do gênero masculino, respectivamente. Além disso, pessoas que consideram ter um bom ou muito bom estado de saúde boa e residentes de regiões urbanas também relatam maior percepção de corrupção em relação àquelas com níveis autodeclarados inferiores em termos de estado de saúde e moradores de localizações rurais. Por fim, no que tange às regiões geográficas brasileiras, o Sudeste apresentou, em média, indivíduos com nível de corrupção percebida mais baixo em relação às demais regiões.

4.2 Resultados econométricos

Com o objetivo de analisar a relação entre classes sociais autodeclaradas e percepção de corrupção, foi estimado o modelo *Probit*, considerando erros padrão robustos, o que pode ser visualizado na Tabela 3, abaixo. Foram estimados os coeficientes e efeitos marginais relativos às variáveis explicativas, que apontam sua relação com a probabilidade de que os indivíduos reportem um nível mais elevado de percepção da corrupção no Brasil.

Como forma de atestar a robustez dos resultados, três estimações foram realizadas. A primeira é referente apenas às *dummies* de classe social autorreportada (classe baixa, classe média baixa e classe alta) relativas à base (classe média). Na segunda, além das referidas *dummies* de classe social autorreportadas, são inseridas variáveis de escolarização, localidade, estado civil, cor ou raça, orientação ideológica, estado de saúde e gênero. Por fim, na terceira estimação, são inseridas as *dummies*

regionais, e dessa forma, tem-se o modelo completo, que é aquele cujos efeitos marginais são analisados. Importante salientar que os resultados, particularmente, relativos às *dummies* de classe social autorreportada apresentam robustez, já que os coeficientes são estatisticamente significativos e pouco variam nas três estimações.

Tabela 3 - Resultados econométricos.

Variável	Especificação 1	Especificação 2	Especificação 3	Efeitos Marginais (especificação 3)
Constante	1,3099*** (0,0760)	1,1846*** (0,2315)	1,4192*** (0,2414)	–
Classe baixa	-0,3345*** (0,0997)	-0,3456*** (0,1058)	-0,3313*** (0,1070)	-0,0724***
Classe média baixa	-0,2528** (0,1022)	-0,2417** (0,1043)	-0,2437** (0,1060)	-0,0526**
Classe alta	-1,0889*** (0,2401)	-1,1057*** (0,2583)	-1,0551*** (0,2625)	-0,3328***
Solteiro		-0,2336*** (0,0866)	-0,2369*** (0,0884)	-0,0513**
Saúde boa ou muito boa		0,1596* (0,0880)	0,1616* (0,0889)	0,0342*
Direita		0,4674*** (0,1570)	0,4532*** (0,1587)	0,0750***
Ensino superior		-0,3130 ^{NS} (0,2204)	-0,2940 ^{NS} (0,2237)	-0,0674 ^{NS}
Ensino médio		-0,1103 ^{NS} (0,2034)	-0,0677 ^{NS} (0,2059)	-0,0139 ^{NS}
Ensino Fundamental		-0,1773 ^{NS} (0,2098)	-0,1172 ^{NS} (0,2119)	-0,0250 ^{NS}
Ensino fundamental incompleto		0,1010 ^{NS} (0,2116)	0,1245 ^{NS} (0,2154)	0,0244 ^{NS}
Urbano		0,1742 ^{NS} (0,1127)	0,2183* (0,1152)	0,0490*
Branco		0,0540 ^{NS} (0,0822)	0,1279 ^{NS} (0,0837)	0,0259 ^{NS}
Sexo		0,0251 ^{NS} (0,0806)	0,0237 ^{NS} (0,0811)	0,0048 ^{NS}
Sudeste			-0,5380*** (0,1062)	-0,1150***
Norte			0,0322 ^{NS} (0,2290)	0,0065 ^{NS}
Centro Oeste			-0,2150 ^{NS} (0,1864)	-0,0489 ^{NS}
Sul			-0,3560*** (0,1340)	-0,0828**

Fonte: Elaboração própria.

*Nota: *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%; NS não significativo. Erro padrão entre parênteses.*

Inicialmente, a partir dos resultados apresentados na referida tabela, é possível verificar que indivíduos que relatam pertencerem à classe média tendem a possuir maior nível de percepção da corrupção em relação aos respondentes das demais classes sociais. Assim, entrevistados pertencentes às classes baixa, média baixa e alta possuem 7,24%, 5,27% e 33,28% menores probabilidades de perceberem níveis elevados de corrupção no Brasil em relação aos indivíduos pertencentes à classe média, respectivamente. Esse resultado está em conformidade com alguns estudos já realizados na literatura relativa ao tema, como em Matheis et al. (2022) e Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021).

Segundo Boito (2016), uma possível explicação para esse resultado advém de fatores histórico-culturais do Brasil. De acordo com o autor, dentre eles está o fato de que historicamente a classe média do país tem maior propensão em termos de alocação no funcionalismo público, que é a forma encontrada por essa classe para angariar maior reputação social e usufruir de um nível de consumo, normalmente alcançado pelo setor privado.

Dessa forma, o maior nível de percepção da corrupção proveniente da classe média pode ser entendido como uma maior aversão a práticas que corrompem a reputação e a distribuição de renda, o que no Brasil, historicamente, possui forte repercussão nacional. Nesse sentido, Canache et al. (2019) apontam que o sentimento enquanto pertencentes a um determinado grupo reorienta a compreensão dos indivíduos a partir do entendimento médio do grupo ao qual eles pertencem, gerando, conseqüentemente, maior nível de aversão à corrupção por pessoas da classe média. Assim, de acordo com Boito (2016), existe um caráter ambíguo da referida classe no que tange sua relação com a corrupção, já que por um lado ela tenta combatê-la, mas ao mesmo tempo a promove, considerando possíveis ganhos no setor público.

Além disso, Maeda e Ziegfeld (2015) apontam que o maior nível de percepção da corrupção pela classe média pode ser explicado por obstáculos socioeconômicos típicos de países em desenvolvimento. Nesse sentido, Pereira et al. (2018) citam a Psicologia da Pobreza como forma de explicar o fato de que algumas pessoas tendem a apresentar desvios cognitivos de atenção quando são submetidas a situações de escassez de elementos básicos para subsistência, como precariedade em termos de saúde, educação e renda. Dessa forma, é possível explicar as diferenças em termos de classe social que proeminentemente percebe mais a corrupção quando se compara países desenvolvidos e em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Ainda com relação a essa questão, Oliveira et al. (2021) afirmam que nos países com menor renda média, os indivíduos possuem maior tendência em se corromperem em relação aos países elevada alta renda média, em função do menor acesso aos meios necessários para subsistência.

Ainda, Matheis et al. (2022) e Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021) apontam que uma outra possível explicação para esse resultado é a perda relativa de poder aquisitivo por parte das classes média e média alta nos períodos analisados em seus respectivos trabalhos, que coincide com aquele levado em consideração no presente estudo.

Com relação às demais variáveis explicativas, não houve significância estatística para as *dummies* relativas ao nível de escolaridade, cor ou raça e gênero. Na subseção anterior, havia indícios desse resultado quando se comparava a média de percepção de elevada corrupção entre elas e suas contrapartes, cujos valores pouco diferiam.

Por outro lado, os efeitos marginais estimados para as outras variáveis de controle foram estatisticamente significativos. Assim, verifica-se que indivíduos solteiros tendem a apresentar menor percepção de corrupção do que aqueles que são casados ou que já foram casados em algum momento da vida (viúvos ou divorciadas), com probabilidade 5,13% menor, o que vai ao encontro do trabalho de Melgar, Rossi e Smith (2010).

No que se refere às *dummies* regionais, indivíduos que residem nas regiões Sudeste e Sul possuem, em média, 11,5% e 8,28% menor probabilidade de apresentarem elevado nível de corrupção quando comparados com os residentes da região Nordeste, respectivamente. Além disso, as *dummies* regionais referentes às regiões Centro-oeste e Norte não apresentaram diferença estatisticamente em relação a variável omitida (*Nordeste*). Tal resultado destoa daquele encontrado por Teixeira, Rehbein-Satlher e Rodrigues (2021), que verificaram que moradores da região Nordeste têm menor nível de percepção da corrupção em relação aos residentes das demais regiões.

No tocante ao estado de saúde, verificou-se, em média, que pessoas com estado de saúde bom ou muito bom percebem 3,42% a mais de corrupção do que aquelas com níveis mais precários de saúde relatado. Tal resultado vai na contramão da análise feita por Botero-Rodríguez, Pantoja-Ruiz e Rosselli (2022), o qual mostraram que maiores condições de saúde tendem a reduzir a percepção de corrupção da população no setor de saúde. Apesar disso, essa discordância pode ser explicada pelo fato de que no Brasil, grande parte da população depende diretamente da saúde pública. Dessa forma, por entraves burocráticos e operacionais, como grandes filas de espera, pode ocorrer pagamento de propinas para que se consiga atendimentos ou para acelerar processos internos, como demonstrado por Albuquerque e Souza (2017), o que tende a aumentar a percepção de corrupção dos indivíduos com melhores estados de saúde.

A respeito aa *dummy* referente ao posicionamento político, encontrou-se relação positiva entre pessoas que se consideram de direita e elevada percepção da corrupção, onde, em média, indivíduos de direita têm 7,5% mais chances de perceber elevado nível de corrupção no país. O resultado vai ao encontro do resultado encontrado no trabalho de Çera e Sinamati (2017), que apontaram que existe relação negativa entre pessoas que se declaram socialistas (posicionamento político de esquerda) e percepção de corrupção. Os autores explicam que o resultado encontrado denota que a ideologia política de quem está no poder público altera de forma significativa a percepção da corrupção dos indivíduos, que são influenciados pelo tipo de política que esperam que seja realizada pelos que estão no poder. Portanto, um líder com caráter político mais socialista tenderia a reduzir a percepção de corrupção de um grupo com esse viés ideológico.

Por fim, no que tange a localidade, verificou-se que residentes de áreas urbanas tendem a possuir, em média, 4,90% mais chances de perceber elevado nível de corrupção comparativamente aos que vivem em áreas rurais, indo ao encontro do

trabalho de Çera e Sinamati (2017), assim como aquele realizado por Linhartová e Halásková (2022).

5. Considerações finais

A corrupção é um fenômeno que afeta todos os países ao redor do mundo e de forma significativa os países em desenvolvimento, agravando desigualdades e reduzindo a confiança da população em relação às ações públicas. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar a relação da classe social autorreportada pelos indivíduos com sua percepção da corrupção no Brasil. Para tal, foram utilizados dados provenientes da *World Values Survey* (WVS), em sua sétima onda, considerando o ano de 2018, vide estimação de um modelo econométrico Probit.

Os resultados apontaram que indivíduos que se declaram pertencentes à classe média possuem maior probabilidade de perceberem elevado nível de corrupção em relação aos que pertencem às classes baixa, média baixa e alta. Tal resultado pode ser explicado por diferentes fatores, como o crescimento recente da classe média no Brasil ao longo do século XXI, o que pode indicar melhoria das condições de vida para esse estrato populacional, que tenderia a se preocupar mais com outras questões políticas, como a corrupção.

Além disso, a classe média no Brasil apresenta historicamente maior participação em setores públicos, que no país possui grande histórico de corrupção. Ainda, indivíduos tendem a ter sua opinião reorientada a favor do grupo ao qual pertencem, podendo corroborar com a participação e crítica mais acentuada da corrupção nesse setor. Outro fator a ser destacado que pode ajudar a explicar a proeminência da classe média em termos de percepção da corrupção é o fato de que pessoas residentes em países com menor nível de renda tendem a se corromper mais do que em países com maior nível de renda, além da perda relativa de poder aquisitivo da referida classe no período analisado no presente estudo.

No tocante às demais variáveis de controle, foi possível observar que possuir estado de saúde bom ou muito bom, residir em localidades urbanas e na região Nordeste, ter orientação política de direita e não ser solteiro (as) eleva a probabilidade de que reporte nível mais elevado de corrupção.

Por fim, a partir dos resultados encontrados, políticas públicas que propiciam diminuição do nível de corrupção no país seriam fundamentais. Nesse sentido, uma possível reforma administrativa poderia mitigar as distorções no serviço público, que favorecem as atividades ilícitas, além de otimizar os recursos investidos em áreas sociais, como saúde, educação, previdência e segurança. Particularmente, tal otimização dos recursos tenderia a melhorar as condições de vida da população mais pobre, que é a parcela que mais necessita dos serviços públicos. Dessa forma, a possível reforma administrativa diminuiria a corrupção efetiva e percebida, particularmente pela classe média, além de elevar o nível de bem-estar social do país.

Referências

Albuquerque, A. & Souza, C. (2017). Corrupção na saúde no Brasil: reflexão à luz da abordagem baseada nos Direitos Humanos. *Revista Brasileira de Bioética*, 13,

1-17.

- Rotberg, R. I. (2019). Corruption in Latin America: How Politicians and Corporations Steal from Citizens. *Springer*, 311 p.
- Boito Jr, A. (2017). Lava-Jato, classe média e burocracia de Estado. *Revista Lumen-ISSN: 2447-8717*, 2(3).
- Botero-Rodríguez, F., Pantoja-Ruiz, C. & Rosselli, D. (2022). Corruption and its relation to prevalence and death due to noncommunicable diseases and risk factors: a global perspective. *Pan American Journal of Public Health*. 46.
- Canache, D., Cawvey, M., Hayes, M., & Mondak, J. J. (2019). Who sees corruption? The bases of mass perceptions of political corruption in latin America. *Journal of Politics in Latin America*, 11(2), 133-160.
- Çera, E. & Sinamati, A. (2017). Determinants of corruption perception in a transition country: Case of Albania. *Baltic Journal of Real Estate Economics and Construction Management*, 5, 177-185.
- Clément, M., Fauré, Y. A., Berrou, J. P., Combarous, F., & Darbon, D. (2020). Anatomy of the Brazilian middle class: identification, behaviours and expectations. *CEPAL Review*.
- Filgueiras, F. (2009). A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, 15, 386-421.
- Fraiha, P. (2014). Indicadores de percepção da corrupção: variações sob o efeito dos meios de comunicação e comportamento político. *PMKT Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing*, 59-76.
- Gupta, S., Davoodi, H. & Alonso-Terme, R. (2002). Does corruption affect income inequality and poverty?. *Economic of Governance*, 23-45.
- Gutmann, J., Padovano, F. & Voigt, S. (2020). Perception vs. Experience: Explaining Differences in Corruption Measures Using Microdata. *European Journal of Political Economy*, 65.
- Linhartová, V. & Halásková, M. (2022). Determinants of corruption: a panel data analysis of Visegrad countries. *Equilibrium. Quarterly Journal of Economics and Economic Policy*, 17(1), 51–79.
- Maeda, K. & Ziegfeld, A. (2015). Socioeconomic status and corruption perceptions around the world. *Research and Politics*, 1-9.
- Matheis, T. K., de Carvalho Puhle, M., Vieira, K. M., Teixeira, R. C., & Visentini, M. S. (2022). Impactos da corrupção: a percepção dos brasileiros. *Encontro Brasileiro de Administração Pública*.
- Melgar, N., Rossi, M. & Smith, T. W. (2010). The perception of corruption. *International Journal of Public Opinion Research*, 22(1), 120-131.

- Mendonça, HFD, & Fonseca, AOD (2012). Corrupção, renda e Estado de direito: evidências empíricas de economias em desenvolvimento e desenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia Política*, 32, 305-314.
- Menocal, A. R., Taxell, N., Johnsen, J. S., Schmaljohann, M., Montero, A. G., Simone, F., Dupuy, K. & Tobias, J. (2015). Why corruption matters: understanding causes, effects and how to address them. *Department for international development*, 3-89.
- de Oliveira, E. P., dos Santos, J. A. N., Cosenza, J. P. & Neves, S. F. M. (2021). Examinando o fenômeno da corrupção no mundo: Um olhar sobre os fatores que interferem na percepção da corrupção. *Research, Society and Development*, 10(9).
- Petzold, C. M. (2021). Does Exposure to Media Shape Perceptions of Corruption? Evidence from Post-Socialist Countries (thesis).
- Sahu, S. K. & Gahlot, R. (2014). Perception about Corruption in Public Services: A case of BRICS Countries. *Journal of Social Science for Policy Implications*, 2, 109-124.
- Sandholtz, W. & Koetzle, W. (2000). Accounting for Corruption: Economic Structure, Democracy, and Trade. *International Studies Quarterly*, 44, 31–50.
- Teixeira, A. B., Rehbein-Satlher, A. G. & Rodrigues, M. R. (2021). Percepções sociais sobre a corrupção política no Brasil: práticas corruptas versus atuação dos órgãos de controle. *Colombia Internacional*, 105, 57-88.
- Wilkinson, B. C. & Esarey, J. (2023). The Spectrum of Disenchantment: Examining the Effects of Race and Skin Tone on Perceptions of Corruption in the U.S. *Department of Politics and International Affairs*.